BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

# A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL MEDIANTE A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

# THE ROLE OF SOCIAL WORK WITHIN INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION

# LA INTERVENCIÓN DEL TRABAJO SOCIAL EN EL ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN ESPECIAL INCLUSIVA

https://doi.org/10.56238/bocav25n84-015

**Data de submissão:** 10/10/2026 **Data de publicação:** 10/11/2026

**Maria Evanilde Teixeira da Fonseca**
Mestra em Educação
Instituição: Saint Alcuin of York
E-mail: eva-fonseca@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo analisa a importancia do Serviço Social na educação especial inclusiva em trabalho com as redes públicas de educação básica e no trabalho das equipes multiprofissionais. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental que está fundamentada em estudos sobre educação inclusiva, Serviço Social, garantia de direitos e políticas públicas, bem como em documentos legais brasileiros como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 13.935/2019. A análise foi organizada em quatro eixos considerando a educação inclusiva como direito, inserção do Serviço Social na educação, atuação diante das barreiras sociais que interferem na escolarização e articulação entre escola, família e políticas públicas. Os resultados indicam que a contribuição do assistente social se concentra especialmente na garantia de direitos das na aproximação entre família e escola, na articulação da rede de proteção e na identificação de barreiras sociais que comprometem o acesso, permanência, participação e aprendizagem. Conclui-se que a atuação do Serviço Social pode fortalecer a educação inclusiva quando integrada ao projeto pedagógico e às equipes multiprofissionais sem substituir as atribuições pedagógicas da escola e reconhecendo a inclusão como responsabilidade coletiva.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Educação Especial Inclusiva. Equipes Multiprofissionais. Direito à Educação.

## ABSTRACT

This article analyzes the importance of Social Work in inclusive special education, specifically within the context of public basic education systems and multidisciplinary teams. It is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, drawing upon studies regarding inclusive education, Social Work, the guarantee of rights, and public policy. It also references key Brazilian legal documents, including the 1988 Federal Constitution, Law No. 9.394/1996, Law No. 13.146/2015, and Law No. 13.935/2019. The analysis is organized into four thematic areas: inclusive education as a right; the integration of Social Work into the educational sphere; addressing social barriers that hinder schooling; and fostering coordination between schools, families, and public policies. The findings indicate that the contribution of social workers focuses primarily on guaranteeing rights, bridging the

gap between families and schools, coordinating support networks, and identifying social barriers that compromise access, retention, participation, and learning. The study concludes that Social Work can strengthen inclusive education when integrated into the school's pedagogical project and multidisciplinary teams—without supplanting the school's pedagogical responsibilities—while recognizing inclusion as a collective responsibility.

**Keywords:** Social Work. Inclusive Special Education. Multidisciplinary Teams. Right to Education.

**RESUMEN**

Este artículo analiza la importancia del Trabajo Social en la educación especial inclusiva, en el marco de su labor con las redes públicas de educación básica y dentro de los equipos multiprofesionales. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico y documental, fundamentada en estudios sobre educación inclusiva, Trabajo Social, garantía de derechos y políticas públicas, así como en documentos legales brasileños, tales como la Constitución Federal de 1988, la Ley n.º 9.394/1996, la Ley n.º 13.146/2015 y la Ley n.º 13.935/2019. El análisis se estructuró en cuatro ejes: la educación inclusiva como derecho; la inserción del Trabajo Social en el ámbito educativo; la intervención ante las barreras sociales que afectan a la escolarización; y la articulación entre la escuela, la familia y las políticas públicas. Los resultados indican que la contribución del trabajador social se centra, fundamentalmente, en la garantía de derechos, el acercamiento entre la familia y la escuela, la articulación de la red de protección y la identificación de barreras sociales que comprometen el acceso, la permanencia, la participación y el aprendizaje. Se concluye que la intervención del Trabajo Social puede fortalecer la educación inclusiva cuando se integra en el proyecto pedagógico y en los equipos multiprofesionales, sin suplantar las funciones pedagógicas propias de la escuela y reconociendo la inclusión como una responsabilidad colectiva.

**Palabras clave:** Trabajo Social. Educación Especial Inclusiva. Equipos Multiprofesionales. Derecho a la Educación.

## 1 INTRODUÇÃO

A escola tem um papel fundamental na vida das pessoas e é nela que as crianças e os adolescentes passam grande parte do tempo criando relações, adquirindo novos conhecimentos e vivendo situações que ajudam no seu crescimento e desenvolvimento. Para isso deve-se lembrar que a educação é um direito fundamental de todos e não é somente o direito de estar inscrito ou matriculado em uma escola, mas também o direito de estar, participar, aprender com qualidade, ter relacionamento sadio e se sentir parte daquele lugar.

Libâneo (2012, p. 26) afirma: “Não há justiça social sem conhecimento; não há cidadania se os alunos não aprenderem.” De acordo com autor a escola verdadeiramente inclusiva precisa assegurar o acolhimento e participação sem perder de vista sua responsabilidade com a aprendizagem.

Ao longo da história, as pessoas com deficiencia foram afastadas dos espaços educacionais comuns ou tiveram sua escolarização desenvolvida de maneira separada e segregada. A construção de uma educação inclusiva representa uma mudança importante na maneira de compreender tanto a necessidade especial quanto o próprio papel da escola.

A inclusão faz o ser humano entender que a diferença é parte da vida. Na escola, você encontra pessoas com histórias diferentes, realidades sociais variadas, habilidades distintas, dificuldades específicas, culturas diversas e jeitos próprios de aprender. Diante disso, não é o aluno que tem que se encaixar num modelo escolar rígido. A escola, junto com o poder público, é que precisam repensar suas práticas, tirar os obstáculos do caminho e garantir condições reais pra todo mundo participar do processo de ensino.

Em muitos casos, questões financeiras, brigas em casa, julgamentos injustos, agressões ou até a falta de acesso a serviços públicos acabam atrapalhando a frequência e o desenvolvimento dos alunos na escola. E quando analisado percebe-se que boa parte do que mexe com a vida escolar de uma criança começa bem longe da sala de aula.

É preciso olhar com calma pra isso: às vezes a criança falta porque não tem um transporte decente pra chegar até a escola. Em outras situações, a família nem procura um serviço que poderia ajudar porque, simplesmente, não sabe que tem esse direito. Essas situações mostram que alguns problemas encontrados pela escola não possuem respostas exclusivamente pedagógicas e é nesse ponto que a presença de outros profissionais, inclusive do assistente social, pode ampliar a capacidade da instituição escolar de compreender a realidade de seus estudantes e entre esses profissionais está o assistente social.

O trabalho do Serviço Social ocupa um papel fundamental, pois entra na defesa de direitos e enfrenta diversas formas de questão social. Quando esse tipo de trabalho é inserido no campo educacional, permite - se observar o estudante não apenas pelo seu desempenho escolar, mas também leva-se em conta as condições sociais, familiares e comunitárias que fazem parte da vida do estudante.

A Lei nº 13.935/2019 tornou esse trabalho ainda mais fundamental ao estabelecer a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica por meio de equipes multiprofissionais. No campo da educação inclusiva, a presença desse profissional pode contribuir para aproximar escola, família e rede de proteção social.

O assistente social tem a tarefa de trazer no dia a dia da escola uma leitura das questões sociais que perpassam a escolarização e com base nessas considerações este estudo busca responder à seguinte pergunta: de que maneira a atuação do assistente social juntamente com as equipes multiprofissionais pode contribuir para um melhor atendimento da educação especial inclusiva nas redes públicas de ensino?

O objetivo geral é analisar as contribuições do Serviço Social para um melhor desenvolvimento da educação especial inclusiva na educação básica pública buscando compreender a educação inclusiva como um direito e discutir a inserção do Serviço Social na política educacional, identificar possibilidades de atuação do assistente social diante das barreiras que interferem na escolarização das pessoas com deficiência e analisar a importância da articulação entre diferentes políticas públicas nesse processo.

Olhando para trás percebe-se que a legislação evoluiu e caminha para mais crescimento, mas ainda é um grande desafio a realidade de inclusão. Falar sobre esse assunto é importante porque ainda há uma diferença entre o que é garantido por lei e o que muitas pessoas com deficiência vivem no dia a dia.

Neste artigo os autores ajudam a olhar para situações reais que acontecem nas escolas, mostrando que por trás de uma ausência constante, de uma dificuldade para participar ou do afastamento de uma família, podem existir problemas sociais que precisam ser compreendidos antes de qualquer julgamento, pela escola.

Para construir essa reflexão, o estudo dialoga com autores que permitem compreender a inclusão para além do simples acesso do estudante à escola. As contribuições de Maria Teresa Eglér Mantoan (2015) são importantes para pensar a escola inclusiva como um espaço que precisa reconhecer as diferenças e transformar suas práticas para acolher todos os estudantes.

No campo do Serviço Social, Marilda Villela Iamamoto (2009) possibilita compreender como as desigualdades e as diferentes expressões da questão social atravessam a vida das famílias e também chegam ao cotidiano da escola. Essa discussão se aproxima das reflexões de Eliana Bolorino Canteiro Martins (2012), especialmente por tratar da presença e das possibilidades de atuação do assistente social na política de educação.

José Carlos Libâneo (2012) contribui nesse artigo ao ver a escola como uma instituição social cuja função educativa não pode ser separada das condições reais de vida dos alunos e suas ideias ajudam a trazer a discussão teórica para a realidade pensando a inclusão como algo que envolve educação, família, políticas públicas e defesa de direitos.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa com foco bibliográfico e documental. A escolha da abordagem foi qualitativa para entender de que forma o trabalho do assistente social pode ajudar na criação de uma educação mais inclusiva.

A pesquisa bibliográfica analisou textos sobre educação inclusiva, Serviço Social, direitos das pessoas com deficiência e políticas educacionais.

Nesse artigo também foi feita pesquisa documental com as legislações e documentos que mostram que as pessoas com deficiência precisam ter um ensino de qualidade pois é direito e a atuação das equipes multiprofissionais que vêm sendo construídos no Brasil. Entre os documentos estão a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146/2015, a Lei nº 13.935/2019 e documentos orientadores relacionados ao Serviço Social e à educação inclusiva.

A análise e discussão foi organizada a partir de quatro pontos principais que expõem a educação inclusiva como direito, a presença do Serviço Social na educação, as possibilidades de atuação diante das barreiras enfrentadas pelos estudantes e a necessidade de articulação entre escola e outras políticas públicas.

A leitura do material foi feita de forma interpretativa, comparando e buscando identificar convergências entre o direito à educação inclusiva, as situações da questão social presentes no cotidiano escolar e as atribuições do Serviço Social.

Para análise os eixos foram definidos e sistematizados em categorias temáticas: garantia de direitos, relação entre família e escola, articulação da rede de proteção e identificação das barreiras

sociais que interferem no acesso, na permanência, na participação e na aprendizagem.

Atraves desta organização permitiu - se aproximar a discussão teórica às possibilidades concretas de atuação do assistente social na educação básica. Essa pesquisa não pretende apresentar uma resposta definitiva sobre a atuação do assistente social na educação inclusiva. Ela busca contribuir para uma discussão que permanece em construção e que ganha importância à medida que as equipes multiprofissionais passam a ocupar maior espaço nas redes públicas de ensino.

## 3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO E REALIDADE ESCOLAR

Ao falar sobre educação incluiva é necessário ver e se apropriar do conceito da escola inclusiva conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial (MEC-SEEP, 1998), que diz que a escola regular precisa mudar sua forma de atuar. Isso envolve pensar no contexto escolar, incluir no projeto político-pedagógico, no currículo, na forma de ensinar, na avaliação e nas estratégias de ensino, ações que promovam a inclusão social de fato e de direito. Essas ações devem ser diferentes e intensionais para atender a todos os alunos ditos inclusos.

Atender as diferentes necessidades dos alunos matriculados na rede pública de ensino de forma responsável é um dos maiores desafios que a escola tem de enfrentar atualmente, uma vez que o pensamento de uma educação inclusiva vem alcançando um espaço significativo no cenário da educação mundial. Mantoan (2003) fala que a inclusão escolar exige uma transformação das práticas educacionais, de modo que a escola seja capaz de acolher as diferenças e garantir condições efetivas de aprendizagem a todos os estudantes.

Portanto para garantir uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência é necessário que a escola prepare seus professores para se organizar e se adaptar a demanda. O Brasil tem um conjunto de normas importantes que reconhecem a educação como direito de todos e a Constituição Federal de 1988 é um marco nesse caminho. Ela estabelece a educação como direito social e assegura igualdade de condições para que todos tenham acesso e permaneçam na escola. No artigo 205, a Constituição estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Já o artigo 206 determina a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (BRASIL, 1988).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146/2015 reforça a compreensão atual sobre o que é deficiência. Esses marcos mostram um olhar baseado em direitos humanos e reconhecem que a participação plena das pessoas com deficiência

depende não apenas de suas características individuais, mas também da eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais, tecnológicas e institucionais.

A Lei Brasileira de Inclusão trouxe uma contribuição importante ao compreender que a necessidade especial não pode ser analisada apenas como uma característica individual, mas é preciso considerar também as barreiras existentes na sociedade que podem impedir ou limitar a participação das pessoas. O art. 2º da Lei nº 13.146/2015 estabelece:

> "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial" (BRASIL, 2015, art. 2º).

A inclusão gera uma mudança na própria maneira que se pensa sobre a escola. Mantoan (2015) contribui de maneira significativa para essa compreensão ao defender que as diferenças fazem parte da realidade humana e do próprio processo educativo. Em vez de organizar o ensino a partir de um modelo de aluno considerado ideal ou esperado.

Essa mudança de compreensão possui consequências importantes para a educação pois, as dificuldades encontradas pelos estudantes com deficiência foram explicadas quase exclusivamente a partir de suas próprias condições. Se uma criança não conseguia acompanhar determinada atividade, a dificuldade era frequentemente atribuída à deficiência.

Quando se tem um olhar inclusivo algumas perguntas norteiam o fazer pedagógico trazendo mudanças na forma de pensar da escola. Perguntas como: que barreiras estão impedindo este estudante de participar e aprender? Mostra que a dificuldade pode estar no material que não foi adaptado, na falta de acessibilidade, na metodologia usada, na comunicação ou até nas atitudes das pessoas que vivem nesse ambiente, ou ainda pode estar fora da escola.

Alonso (2013) reforça essa discussão, dizendo que educar de forma inclusiva significa permitir que as crianças compartilhem o mesmo ambiente escolar, sem transformar suas diferenças em problemas. A diversidade presente na escola pode ampliar as experiências de convivência e aprendizagem.

Olhando nesse contexto uma família que vive em situação de vulnerabilidade econômica pode encontrar dificuldades para garantir deslocamento, acompanhamento ou acesso aos serviços necessários, ou outra família pode desconhecer benefícios e direitos que poderiam melhorar as condições de vida do estudante. Quando se fala em educação inclusiva é necessário olhar para o estudante em sua realidade concreta.

Para Mantoan (2015), a inclusão não deve ser vista apenas como uma ação voltada para certos grupos de estudantes. Trata-se de uma transformação no processo educacional que desafia os modelos escolares baseados na homogeneização e na ideia de que todos devem aprender da mesma forma. Como afirma (MANTOAN, 2003). “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”

## 3.1 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Na educação especial inclusiva o trabalho do assistente social se torna ainda mais específico. As famílias de pessoas com deficiência precisam manter contato frequente com vários serviços públicos: saúde, assistência social, educação, transporte e outros setores fazem parte da rotina dessas famílias.

Nem sempre esses serviços conversam entre si e é comum que a própria família tenha que percorrer várias instituições para repetir informações e tentar entender procedimentos administrativos que nem sempre são simples. Nesse sentido a escola também pode ter dificuldades para estabelecer essa comunicação e através dessa observação o assistente social pode atuar como um dos profissionais responsáveis por fortalecer essa articulação.

É necessário que o assistente social entenda que encaminhar uma família para um serviço e achar que o problema está resolvido pode gerar ainda mais fragmentação. Ele precisa compreender a situação para orientar bem, estabelecer contatos quando necessário e acompanhar os desdobramentos da situação. Observar a relação entre família e escola deve ser observada de forma muito responsável. Nem sempre a ausência da família nas reuniões ou atividades escolares significa falta de interesse.

O trabalho do assistente social deve considerar horários de trabalho, dificuldades de transporte, responsabilidades de cuidado, condições econômicas e experiências anteriores negativas com instituições públicas que podem afastar algumas famílias do ambiente escolar. Conhecer essas circunstâncias ajuda a escola a construir formas diferentes de aproximação.

Compreender o Serviço Social a partir das relações sociais e das expressões da questão social torna-se importante para o trabalho do assistente social. Situações vivenciadas pelos indivíduos não podem ser interpretadas de maneira isolada das condições históricas, econômicas e sociais nas quais estão inseridos Nesse sentido, Iamamoto (2014, p. 76) afirma que apreender a questão social significa “também apreender como os sujeitos a vivenciam”.

As desigualdades que atravessam a vida das famílias também aparecem no cotidiano educacional ainda que assumam diferentes formas. Para Iamamoto (2009), o trabalho do assistente

social está relacionado à realidade concreta dos sujeitos e às expressões da questão social. No ambiente educacional isso mostra que sua atuação não deve ser reduzida à resolução imediata de problemas ou ao atendimento de estudantes considerados “problemáticos”.

## 3.2 A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE

Martins (2012) aproxima essa discussão diretamente da política educacional permitindo compreender que a presença do Serviço Social na educação está relacionada às próprias demandas sociais que atravessam a escola. Afinal, o trabalho educacional acontece em uma realidade marcada por desigualdades, conflitos, violações de direitos e diferentes formas de exclusão.

A partir da perspectiva da cidadania e da garantia de direitos, Martins (2012) aproxima educação e Serviço Social. Ele mostra que essa relação é importante porque demonstra que a contribuição do assistente social no ambiente escolar não está em assumir atribuições pedagógicas mas em atuar sobre questões que interferem no acesso e na permanência dos estudantes.

Nenhuma escola consegue responder sozinha a todas as necessidades apresentadas por seus estudantes. A Lei nº 13.935/2019 ampliou a importância desse debate ao estabelecer que a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica por meio de equipes multiprofissionais são fundamentais (BRASIL, 2019).

Essa afirmação torna-se ainda mais evidente quando se trata da educação inclusiva, como por exemplo, um estudante portador de deficiência que começa a faltar com frequência e a escola identifica as ausências mas, ao conversar com a família, descobre que o transporte utilizado deixou de atendê-lo. A questão, inicialmente percebida como infrequência escolar, revela um problema relacionado à garantia de acesso.

Em outra situação uma família pode apresentar dificuldades econômicas tão significativas que necessidades básicas passam a interferir na permanência da criança na escola.

Esses exemplos mostram por que o trabalho da educação, saúde e assistência social é necessário, pois mesmo tendo responsabilidades diferentes, atendem muitas vezes às mesmas pessoas. Dentro dessa realidade a intersetorialidade busca superar uma atuação fragmentada e pode ser compreendida, no âmbito deste estudo, como uma estratégia de articulação entre diferentes políticas e serviços que compartilham responsabilidades na garantia de direitos. Sua finalidade não é dar atribuições profissionais e sim criar fluxos de comunicação, corresponsabilização e acompanhamento que evitem respostas isoladas para situações complexas. Nessa perspectiva, Inojosa (2001, p. 105)

define a intersetorialidade como:

> "articulação de saberes e experiências, com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas".

O assistente social pode contribuir para estabelecer pontes entre esses diferentes serviços. Na educação inclusiva essa articulação torna-se especialmente relevante quando a escola encontra barreiras em todos os setores como educação, saúde, assistência social, transporte, acessibilidade e proteção de direitos. Mas trabalhar em rede significa mais do que possuir uma lista de instituições para encaminhamento. O assistente social deve estabelecer diálogo, compartilhar estratégias entre os profissionais, respeitando os limites éticos e as competências de cada área para que o estudante não seja visto de maneira fragmentada.

## 3.3 PARA ALÉM DA MATRÍCULA: PERMANÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E APRENDIZAGEM

Um dos maiores desafios da educação inclusiva talvez esteja justamente em compreender que estar na escola não significa necessariamente estar incluído. Um estudante pode estar matriculado e frequentar regularmente as aulas e permanecer isolado das atividades realizadas pelos colegas. Ele pode estar fisicamente presente na sala e ao mesmo tempo pode encontrar barreiras que dificultam sua participação.

Por isso, avaliar a inclusão apenas pelo número de matrículas é insuficiente. É necessário perguntar se o estudante participa, se ele aprende, se estabelece relações e se possui os apoios necessários sendo reconhecido como integrante da comunidade escolar. Nesse sentido cabe também uma reflexão sobre a compreensão do papel das equipes multiprofissionais.

Libâneo (2012) ajuda a lembrar que democratizar a escola não significa apenas democratizar o acesso é necessário assegurar o conhecimento. O autor sintetiza essa responsabilidade ao afirmar: "Não há justiça social sem conhecimento; não há cidadania se os alunos não aprenderem" (LIBÂNEO, 2012, p. 26).

A principal função da escola continua sendo ensinar e não pode-se perder de vista essa questão fundamental. É nesse ponto que Libâneo (2012) oferece uma contribuição especialmente importante para esta pesquisa quando discute o que denomina dualismo da escola pública brasileira. O autor problematiza uma realidade na qual diferentes expectativas educacionais podem ser destinadas a

diferentes grupos sociais. Enquanto determinados estudantes têm acesso a uma escola centrada no conhecimento, outros podem receber uma escolarização marcada predominantemente pelo acolhimento social.

Libâneo (2012) ajuda a estabelecer esse limite orientando que essa reflexão precisa ser considerada com atenção quando se discute Serviço Social e educação inclusiva. Reconhecer que pobreza, violência, deficiência, dificuldades familiares e outras situações sociais interferem na escolarização não significa transformar a escola em uma instituição cuja função principal seja resolver problemas sociais.

A escola possui uma função pedagógica que precisa ser preservada e sua responsabilidade central envolve garantir aos estudantes acesso a um bom conhecimento e condições para aprender e também se aplica aos estudantes com deficiência.

A educação também não pode ser compreendida como uma atividade desconectada da realidade vivida pelos estudantes. Freire (2003) compreende a prática educativa como uma forma de relação com o conhecimento e com o mundo. Como afirma o autor, “A educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática”.

A inclusão não pode ser responsabilidade de uma única pessoa e não é tarefa exclusiva do professor, do profissional do Atendimento Educacional Especializado, da família ou do assistente social. Cada profissional possui responsabilidades específicas, mas todos precisam compartilhar um objetivo comum criando condições para que o estudante tenha seu direito à educação efetivamente garantido.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos e estudos que foram usados nesta pesquisa mostrou que o Serviço Social contribui para a educação inclusiva em quatro áreas principais: garantia de direitos, aproximação entre família e escola, articulação da rede de proteção e identificação das barreiras sociais que afetam a escolarização.

Organizar essas áreas ajuda a entender que os resultados não se limitam a ações pontuais do assistente social, mas indicam um campo de intervenção ligado à garantia do direito, educação e à construção de respostas institucionais feitas juntas. A seguir, os quatro eixos são explicados de maneira mais detalhada.

A garantia de direitos e enfrentamento das barreiras sociais torna-se a primeira área

demonstrando que o trabalho do Serviço Social pode ajudar a reconhecer situações em que condições sociais, econômicas, familiares ou institucionais dificultam o acesso à educação. Identificar essas barreiras ajuda a distinguir entre dificuldades que são apenas pedagógicas e outras que exigem apoio social, acesso a políticas públicas ou ligação com a rede de proteção. Isso evita que só o aluno e a família fiquem responsabilizados.

A aproximação entre família e escola é a segunda área que fala sobre a relação entre família e escola. Os dados teóricos mostram que a ausência em reuniões, dificuldade de acompanhamento ou pouca participação familiar não devem ser automaticamente interpretadas como desinteresse. Entender as condições reais de vida das famílias ajuda a escola a criar estratégias de comunicação e acolhimento mais adequadas, mantendo a corresponsabilidade sem julgar ou culpar.

A terceira área, que é a articulação da rede de proteção e atuação intersetorial, mostra que o trabalho em rede é muito importante para o Serviço Social. Quando uma situação envolve várias políticas públicas, o encaminhamento isolado não é suficiente. A atuação intersetorial exige comunicação entre os serviços, clareza das funções de cada área, acompanhamento dos encaminhamentos e construção de estratégias juntas, que ajudem o acesso, a permanência e a participação escolar.

A Integração das equipes multiprofissionais e sua atuação é a quarta área que destaca que a presença do assistente social só tem efeito se for integrada à equipe escolar e às equipes multidisciplinares. A Lei 13.935/2019 diz que Psicologia e Serviço Social devem atender às necessidades definidas pela educação, por meio de equipes com vários profissionais. O trabalho do Serviço Social não substitui a função pedagógica da escola, mas complementa, atuando sobre as dimensões sociais e institucionais que interferem na escolarização.

Essas quatro áreas tornam-se conectadas quando o profissional conhece a realidade da família e consegue entender melhor as dificuldades do aluno. A partir disso ele identifica direitos que não estão sendo usados e busca ajuda em outros serviços mostrando que o trabalho do assistente social não acontece sozinho e sua atuação tem mais sentido quando está integrada à equipe escolar.

Outro ponto identificado é a necessidade de não ver os problemas educacionais de forma individual quando uma criança tem dificuldades de comparecimento, de participação ou de aprendizado. É importante analisar todos os fatores que podem estar relacionados. Isso não quer dizer que todos os problemas escolares sejam causados por condições sociais. Ensinar e aprender acontecem com pessoas reais, que estão em famílias, comunidades e contextos concretos.

Segundo os autores da pesquisa, é possível entender melhor essa questão. Mantoan (2015) mostra que a inclusão exige mudar a escola para que as diferenças sejam reconhecidas e todos tenham oportunidades reais de participar.

Iamamoto (2009) ajuda a ver que os alunos e suas famílias estão em relações sociais com desigualdades que afetam a escolarização. Martins (2012) mostra como o Serviço Social pode se integrar à política educacional. Libâneo (2012) lembra que o esforço todo precisa manter o compromisso da escola: garantir o acesso ao conhecimento e à aprendizagem.

Ajudar a escola a ver o que não aparece claramente dentro da sala de aula dever ser a principal contribuição do Serviço Social. A presença do assistente social na educação básica é um avanço, mas só estar presente não garante uma atuação efetiva. É preciso definir bem o que ele faz e criar espaços de trabalho em equipe.

Existe o risco de o profissional ser chamado apenas quando há um problema, ou quando um aluno que falta muito, uma família que não comparece ou uma situação de conflito. Se a atuação for só nesses momentos, perde-se parte do potencial do Serviço Social.

O assistente social também pode ajudar no planejamento de ações preventivas, na formação das equipes, no diálogo com as famílias, na análise da realidade escolar e na ligação constante com a rede de proteção.

Outro desafio é a própria qualidade do trabalho, pois para atuar com qualidade é preciso ter profissionais em número suficiente como espaços para planejamento, acesso às informações necessárias e diálogo com a gestão e com a equipe pedagógica, assim como também é importante investir em formação contínua.

As discussões sobre deficiência, inclusão, acessibilidade e direitos estão em constante evolução e exigem que os profissionais fiquem atualizados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em uma escola inclusiva é pensar em uma escola capaz de reconhecer que seus estudantes não chegam à sala de aula deixando suas histórias do lado de fora. Eles chegam com suas experiências, dificuldades, potencialidades, famílias e condições de vida. Essa educação inclusiva não pode ser construída apenas por mudanças na sala de aula é necessário olhar para as condições que permitem que cada estudante chegue à escola permanecendo nela e participando efetivamente das experiências educacionais.

Nesse processo o Serviço Social possui muito a contribuir. Sua presença na educação básica pode aproximar escola e família, fortalecendo a articulação entre políticas públicas, identificar situações de violação de direitos e ajudar a compreender as barreiras sociais que interferem na trajetória escolar.

Portanto, é importante não transformar o assistente social no responsável pela inclusão, pois essa construção é uma responsabilidade coletiva. Professores, gestores, profissionais especializados, assistentes sociais, psicólogos, famílias, estudantes e demais integrantes da comunidade precisam participar desse processo.

A Lei nº 13.935/2019 abriu novas possibilidades para essa atuação multiprofissional na educação pública brasileira. O desafio agora é fazer com que essa presença ultrapasse o cumprimento formal da legislação e se transforme em trabalho efetivamente integrado ao cotidiano das escolas.

Mais do que perguntar se o estudante portador de deficiência está matriculado é necessário fazer perguntas mais profundas. Será que o estudante portador de deficiência consegue participar? O estudante portador de deficiência está aprendendo? A família do estudante portador de deficiência encontra apoio quando precisa? As barreiras que dificultam a trajetória do estudante portador de deficiência estão sendo identificadas? A escola consegue dialogar com os demais serviços públicos?

São essas perguntas que aproximam a legislação da vida real. E é justamente nesse espaço entre o direito garantido no papel e o direito vivido no cotidiano que a atuação do Serviço Social pode encontrar uma das suas contribuições mais importantes para a educação inclusiva.

Mais do que colocar o estudante dentro da escola é preciso que se construam condições para que ele seja reconhecido como parte dela, participe de suas experiências e tenha acesso efetivo ao conhecimento.

Diante da questão de pesquisa proposta conclui-se que a atuação do assistente social pode contribuir para a efetivação da educação especial inclusiva principalmente ao identificar barreiras sociais que interferem na escolarização, orientar o acesso a direitos, fortalecer o diálogo entre família e escola e articular a rede intersetorial de proteção. Essa contribuição torna-se mais consistente quando o profissional participa do planejamento coletivo, preserva os limites ético-profissionais de sua área e atua de forma integrada às equipes multiprofissionais e ao projeto político-pedagógico da rede de ensino.

Como limitação, destaca-se que esta pesquisa possui natureza bibliográfica e documental e, portanto, não analisa empiricamente a implementação da Lei nº 13.935/2019 em redes específicas de

ensino. Estudos futuros podem ampliar esta discussão por meio de pesquisas de campo com assistentes sociais, gestores, professores, estudantes e famílias, permitindo verificar como a atuação intersetorial se concretiza no cotidiano das escolas e quais condições institucionais favorecem ou dificultam seus resultados.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF, 2019.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos FUNDAP, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2012.